

## Plano de Ensino

<b>Curso:</b> APN - Graduação em Administração Pública		
<b>Departamento:</b> ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
<b>Disciplina:</b> Coprodução do Bem Público		
<b>Código:</b> 32COPBPU	<b>Carga horária:</b> 72	<b>Período letivo:</b> 2023/1
<b>Professor:</b> GABRIEL MARMENTINI		<b>Contato:</b> gabrielmarmentini@gmail.com

### *Ementa*

Fundamentos, abordagens e tipos de coprodução. Engajamento mútuo de usuários e profissionais no design e na entrega de serviços públicos. Redes, parcerias e outras formas de envolvimento de cidadãos e organizações governamentais, de mercado e não-governamentais nas políticas públicas, na governança pública e na produção de bens e serviços públicos. Dispositivos constitucionais e outras formas de participação cidadã. Ação coletiva, capital social e confiança. Coordenação, transparência e accountability em processos de coprodução.

### *Objetivo geral*

Compreender os conceitos e processos que envolvem a coprodução do bem público e a sua importância para um estado de bem-estar social.

### *Objetivo específico*

? Compreender os modelos de administração pública e as relações com a coprodução do bem público;  
? Compreender o conceito de gestão social e as relações com a coprodução do bem público;  
? Compreender os conceitos de coprodução do bem público e suas tipologias;  
? Identificar e discutir casos de sucesso em coprodução do bem público;  
? Compreender o conceito de governança pública e a sua importância para o sucesso de uma estratégia de coprodução do bem público;  
? Compreender o conceito de redes e parcerias e a sua importância para o sucesso de uma estratégia de coprodução do bem público;  
? Identificar os limites e as possibilidades da constituição de redes e parcerias para a coprodução do bem público;  
? Identificar estratégias de articulação e mobilização dos diferentes atores sociais;  
? Compreender a cultura política participativa no Brasil e o papel do capital social e da confiança, articulando com aspectos do contexto sociopolítico, econômico, organizacional e acadêmico;  
? Compreender os princípios democráticos e as relações com a coprodução do bem público;  
? Compreender o conceito de cidadania e engajamento cívico, problematizando o papel dos cidadãos na construção do bem público;  
? Compreender o conceito de controle social e a sua importância na efetivação da cidadania.

### *Conteúdo programático*

TÓPICO 1 - Modelos de Administração Pública  
- Influência dos Modelos de Administração Pública na compreensão da coprodução do bem público.

## Plano de Ensino

TÓPICO 2 - Gestão social e participação  
- Histórico e conceitos de gestão social.

TÓPICO 3 - Coprodução do Bem Público  
- Histórico e conceitos de coprodução do bem público;  
- Administração Pública e coprodução do bem público;  
- Análise de diferentes casos de coprodução descritos em artigos científicos.

TÓPICO 4 - Governança pública  
- Histórico e conceitos de governança pública;  
- Os desafios e os limites da governança pública;  
- Governança pública e democracia;  
- Governança pública e coprodução do bem público.

TÓPICO 5 - Redes e parcerias  
- Pressupostos das redes;  
- Dificuldades para a gestão das redes;  
- O papel dos diferentes atores na rede;  
- A importância das redes para a Administração Pública e para os processos de coprodução do bem público.

TÓPICO 6 - Capital social e confiança  
- Histórico e conceitos de capital social;  
- A aplicação do conceito de capital social;  
- A importância do capital social para o desenvolvimento dos territórios;  
- Coprodução do bem público e capital social.

TÓPICO 7 - Democracia e cidadania  
- Histórico e conceitos de democracia e cidadania;  
- A coprodução do bem público como estratégia para ativar a cidadania e fortalecer a democracia.

TÓPICO 8 - Engajamento cívico e controle social  
- Histórico e conceitos de engajamento cívico e controle social;  
- Formas de participação da sociedade civil;  
- Advocacy e suas estratégias.

## Metodologia

### PRINCÍPIOS

Construção coletiva do conhecimento;  
Engajamento de todos para a aprendizagem;  
Relações horizontais entre as partes;  
Compromisso com os acordos e possibilidade de alterá-los mediante negociação;  
Os nossos referenciais sobre os temas estão em construção contínua e compartilhamos a responsabilidade nesse processo;  
Todo tipo de conhecimento é um conhecimento a ser considerado e respeitado;  
Aprender fazendo e vivenciando é importante.

### PONTOS DE DESENVOLVIMENTO

Visão sistêmica;

## Plano de Ensino

Pensamento crítico;  
Escrita coesa e posicionada;  
Pesquisa e sistematização;  
Análise e diagnóstico;  
Resolução de problemas;  
Comunicação interpessoal;  
Trabalho em equipe;  
Debate e argumentação;  
Colaboração;  
Escuta ativa;  
Flexibilidade.

### MEIOS DE INTERAÇÃO

Exposição do professor com apoio de material audiovisual;  
Debates em sala de aula, a partir da leitura de artigos, pesquisas ou estudos de caso;  
Exercício individuais e em grupo sobre os temas abordados a cada aula;  
Aulas em laboratório para realização de atividades no computador e com ferramentas novas;  
Aulas gravadas;  
Idas a campo e ações mão na massa;  
Mentoria por videochamada ou WhatsApp;  
Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA (todos os materiais da disciplina estarão no Moodle e a comunicação entre professores e estudantes deve ser por meio da ferramenta).

## Sistema de avaliação

- (1) pontualidade, permanência e participação ativa, genuína e constante nas aulas e atividades (10%);
- (2) atividades avaliativas propostas ao longo do percurso (30%);
- (3) prova individual, sem consulta e com todo o conteúdo abordado (30%);
- (4) elaboração de um jogo lúdico com os conceitos da disciplina (30%).

## Bibliografia básica

ALMEIDA, D. C. R. Deliberação nos Conselhos de Saúde e Educação de Juiz de Fora: limites e possibilidades do "controle social". In LÜCHMANN, Lígia H. H.; SELL, Carlos E.: BORBA, Julian (orgs) Movimentos Sociais, participação e reconhecimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CRUZ FILHO, P. R. A. Governança e gestão de redes na esfera pública municipal: O caso da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência em Curitiba. Cadernos de Pesquisa CIRIEC Brasil, ano 1, n. 1, 2006. Disponível em [download/caderno1.pdf](#)

D'ARAÚJO, M. C. Capital Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. RAP, v. 35, n. 1, 2001.

FILIPPIM, E. ; ABRUCIO, F. L. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do Governo Estadual na Experiência Catarinense. Anpad. Disponível em: <http://www.org.br/rac>

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JR., Jeová T. et al. (orgs.) Gestão social: Práticas em debate, teorias em construção. Coleção Enapegs, 2008. p. 27-37. Disponível em [/tinyurl.com/gestaosocial2](#)>.

FRANCO, A. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: RICO, E. M. RAICHELIS, R. (orgs). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo, EDUC; IEE, 1999.

KLIKSBERG, B. Gerência Social: dilemas gerenciais e experiências inovadoras. In: Pobreza: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial. Brasília: ENAP, 1994, p. 127-146.

RONCONI, L. F. A. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: potenciais espaços para a Coprodução dos Serviços Públicos. In: Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v.

## Plano de Ensino

14, n. 3, p. 46- 59, 2011.  
RONCONI, L. F. A. Governança pública: um desafio à democracia. Revista Emancipação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, v. 1, n. 1, 2011, p.21-34.  
SALM, J. F.; MENEGASSO, M .E.. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez 2009. Disponível em <http://goo.gl/7S7W>  
SALM, J.; RIBEIRO, R. M.; MENEGASSO, M. E. Coprodução do bem público e o desenvolvimento da cidadania: O caso do Proerd em Santa Catarina. Alcance, v. 14, n. 2, p. 231-246, 2007. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/106>  
SANTOS, V. B. Capital social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. In LÜCHMANN, Lígia H. H.; SELL, Carlos E.: BORBA, Julian (orgs) Movimentos Sociais, participação e reconhecimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008  
SCHOMMER, P. C; TAVARES, A. de O. Gestão Social e Coprodução de Serviços Públicos. Curso gestão social / concepção e coordenação geral, Cliff Villar; organizadores de conteúdo; João Martins de Oliveira Neto e Jeová Torres Silva Júnior. - Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.  
SOARES, J. A.; GONDIM, L. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, L. A.; CACCIA BAVA, S. (orgs.). Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: CórteX, 1998. p. 61-96.  
TOMBI, W.C. SALM, J. F., MENEGASSO, M. E. Responsabilidade social, voluntariado e comunidade: Estratégias convergentes para um ambiente de co-produção do bem público. Organizações & Sociedade, v. 13, n. 37, 2006. Disponível em [/tinyurl.com/nvax9s](http://tinyurl.com/nvax9s)

## Bibliografia complementar

### COMPLEMENTAR

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21, p. 83-108, 2003. Disponível em [pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf](http://pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf)>. Acessado em : 09/12/2010  
BIRKNER, W. M. K. Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: Um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 297-311, 2008. Disponível em [/tinyurl.com/descentralizacao](http://tinyurl.com/descentralizacao)>.  
BOGO, J. M.; SERAFIM, M. C. RSE: de Friedman à coprodução. GV-Executivo, v. 9, n. 1, p. 26-29, 2010. Versão disponível em [/goo.gl/S0I8](http://goo.gl/S0I8)>.  
CANÇADO, A. C. et al. (org.). Os desafios da formação em gestão social. Palmas-To: Provisão, 2008. Disponível em [/tinyurl.com/gestaosocial1](http://tinyurl.com/gestaosocial1)>. Acessado em : 09/12/2010  
FRANCO, A.. Desenvolvimento, capital social, redes sociais e sustentabilidade. In: [/escoladeredes.ning.com/profiles/blogs/desenvolvimento-capital-social](http://escoladeredes.ning.com/profiles/blogs/desenvolvimento-capital-social)>.  
KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G.. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? RAP, v. 40, n. 3, 2006. Disponível em [/tinyurl.com/kissler](http://tinyurl.com/kissler)>.  
MARTES, A. C. B.; SERAFIM, M. C. Tradução e compilação para fins didáticos do texto "Introduction to Social Network Methods", de Robert A. Hanneman. In: Redes Sociais e Empresas II. Relatório de pesquisa n. 18. 2005. p. 79-83. Disponível em [/easp.fgvsp.decenturl.com/redes](http://easp.fgvsp.decenturl.com/redes)>.  
MARTINS, L. A. T. P. Gestão local, parceria e capital social: Algumas reflexões. ORG & DEMO, v.7, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez., p. 109-134, 2006. Disponível em [/goo.gl/4iUc](http://goo.gl/4iUc)>.  
NADIR Jr, A. M.; SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Estratégias e ações para a implementação do ICMS ecológico por meio da coprodução do bem público. Revista de Negócios, Blumenau, v. 12, n. 3, p. 62-73, 2007. Disponível em [/tinyurl.com/icmsecologico](http://tinyurl.com/icmsecologico)  
RODRIGUES, A. L.; MALO, M. C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: O caso dos Doutores da Alegria. Revista de Administração Contemporânea - RAC, v. 10, n. 3, p. 29-50, 2006. Disponível em [/tinyurl.com/l476t2](http://tinyurl.com/l476t2)>

### SITES

Blog Politeia - Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão - <http://coproducaopublica.blogspot.com.br/>  
Cidade Democrática: <http://www.cidadedemocratica.org.br/tour->  
Community Development Foundation - <http://www.cdf.org.uk/>  
Community Foundations of Canada - <http://communityfoundations.ca/>

## Plano de Ensino

Cartilha MS: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes\\_producao\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_producao_saude.pdf)  
GPSA Knowledge Platform - <http://gpsaknowledge.org/>  
Governance International - <http://www.govint.org/>  
Government Innovators Network - <https://www.innovations.harvard.edu/>  
INLOGOV - Institute of Local Government Studies - University of Birmingham -  
<http://www.birmingham.ac.uk/schools/government-society/departments/local-government-studies/index.aspx>  
Instituto Tellus - <http://www.tellus.org.br/>  
New Economics Foundation - Nef - <http://www.neweconomics.org/>  
E-PARCC.org. A collection of online resources offered by the Program for the Advancement of Research on Conflict and Collaboration (PARCC) at the Maxwell School.  
Open IDEO - <https://openideo.com/> - a global community working to design solutions for the world's biggest challenges  
Scottish Co-production networks <http://www.coproductionscotland.org.uk/> -  
Scottish Community Development Centre - <http://www.scdc.org.uk/who/what-is-community-development/>  
TED - Ideas Worth Spreading - <https://www.ted.com/Talks>  
Time Banks - <http://timebanks.org/>  
The World Bank Governance - <http://www.worldbank.org/en/topic/governance> + Blog -  
<http://blogs.worldbank.org/governance/>

## Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

- I - problema de saúde do aluno ou parente de 1º grau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
- II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
- III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
- IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o óbito;
- V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
- VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
- VII - direitos outorgados por lei;
- VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
- IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
- X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.

Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.